

# Constituinte se une e aprova propriedade

BRASÍLIA — Em clima de aplausos e cumprimentos mútuos, a Liderança do PMDB e o Centrão conseguiram ontem um acordo em plenário e aprovaram, por 446 votos contra 40, a definição da nova Constituição sobre o direito de propriedade. Pelo texto aprovado, é garantido o direito de propriedade, sem subordinações, mas fica claro que ela atenderá à sua função social.

O texto, apresentado pelo Relator, Bernardo Cabral, a partir do aperfeiçoamento de um outro do Senador Virgílio Távora (PDS-CE), foi lido no final da reunião das lideranças com o Presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, pela manhã, e negociado no plenário no início da sessão da tarde. A nova redação retira da versão acertada antes do rompimento do acordo na terça-feira o dispositivo segundo o qual o direito de propriedade seria garantido "sem prejuízo do bem-estar social". Em vez disso, numa frase separada da que garante o direito de propriedade, o texto determina que "a propriedade atenderá à sua função social".

A emenda aprovada dispõe ainda que a lei estabelecerá o procedimento para a desapropriação por necessidade pública ou interesse social mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.

Eram 16h45m quando o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, comunicou ao plenário que já havia um texto de acordo para a questão da propriedade. Ele leu o texto e foi obrigado, pelos aplausos dos presentes, a colocá-lo em votação. Antes que isso acontecesse, falaram os líderes do PMDB, Mário Covas, e do

## COMO FICOU O TEXTO

### Desapropriação será paga em dinheiro

É o seguinte o texto que garantiu o acordo sobre o direito de propriedade: **Art.38** — E garantido o direito de propriedade. A propriedade atenderá a sua função social. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição. Em caso de perigo público iminente, a autoridade competente poderá usar propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

PFL, José Lourenço, ratificando o acordo celebrado. Covas ressaltou que, pelo entendimento feito com o Centrão, este se comprometerá a votar também, no capítulo da Reforma Agrária, o texto que prevê o pagamento das desapropriações em títulos, e no caso da Reforma Urbana, o dispositivo que permite em certas circunstâncias esse tipo de pagamento. Lembrou que também faz parte do acordo a aprovação da subordinação da ordem econômica à função social da propriedade e à preservação do meio ambiente. Esses itens citados pelo Líder do PMDB estão incluídos na ressalva do texto quanto aos casos previstos na Constituição. Lourenço ocupou o microfone em segui-



Após a votação, os líderes Mário Covas e José Lourenço se abraçam

da para ratificar os termos do acordo, explicando que apoiará o pagamento das desapropriações para a Reforma Agrária em títulos e o das benfeitorias em dinheiro.

O Coordenador Jurídico do Centrão, Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que havia sido o principal responsável pelo rompimento do acordo na véspera, tentou novamente interceder:

— Nosso compromisso é com este texto. Os conceitos de Reforma Agrária, de Reforma Urbana e de matéria ecológica a serem votados são os que estão no texto do Centrão.

Quando viu Mário Covas se levantar para responder, Ulysses Guima-

rães passou rapidamente a palavra a Bernardo Cabral, que disse:

— O que o José Lourenço disse é o que foi acertado com o Relator. Entendi também que não havia ninguém que falasse pelo Centrão como um todo.

Passou-se então à votação e quando o placar eletrônico mostrou os 446 votos favoráveis, os 40 contrários e quatro abstenções houve uma verdadeira festa. Constituintes de várias tendências aplaudiram o resultado e José Lourenço chegou a sair de seu lugar para cumprimentar Mário Covas. Ulysses dirigiu seus cumprimentos ao plenário, por ter conseguido aprovar o dispositivo, "tão polêmico e tão difícil".

## Daso Coimbra nega que tenha recebido ameaças

Antes das votações de ontem na Constituinte, o Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) foi alvo de críticas de diversos Constituintes. Ele teve que ir duas vezes ao microfone para negar notícia publicada pelos jornais de Brasília de que correria risco de vida caso revelasse as exigências que muitos parlamentares lhe teriam feito em troca de votos para o Centrão.

O Comitê de Imprensa da Câmara, no entanto, divulgou nota confirmando a informação: "Os seis jornalistas reafirmam que o Deputado Daso Coimbra revelou dispor de gravações contendo pedidos de favorecimento de parte dos parlamentares, em troca da garantia do voto em plenário. Reafirmam também que o Deputado Daso Coimbra repetiu várias vezes que, se revelasse o que sabia, seria morto".

Diante das reações, Daso leu uma nota de cinco itens onde usa várias vezes a palavra "jamais": "Jamais gravei qualquer conversa minha com colegas, jamais acusei quem quer que seja de estar ligado a grupos econômicos, jamais fui além de minhas prerrogativas parlamentares".

O Deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) apresentou um requerimento solicitando sessão secreta para que Daso Coimbra reve-



Daso Coimbra

lasse quem o estava ameaçando de morte. O Líder do PDT, Brândão Monteiro, pediu ao Presidente da Constituinte garantia de vida para o Deputado que se dizia ameaçado.

— Confundiram umas figuras de retórica e uma conversa informal como declarações formais — explicou o Deputado.

Com esses esclarecimentos, Daso pretendia encerrar definitivamente o incidente. No entanto, por ser tratar de um dos coordenadores do Centrão, muitos Deputados insistiram em levar o assunto adiante.

## Sugestão de Fogça possibilita o acordo

BRASÍLIA — O texto que possibilitou o acordo sobre o direito de propriedade começou a ser elaborado no final da reunião de lideranças, aproximadamente às 13 horas, a partir de uma sugestão do Relator Adjunto da Constituinte, Senador José Fogça (PMDB-RS). No encontro, realizado no gabinete do Deputado Ulysses Guimarães, a Liderança do PMDB e os partidos de esquerda rejeitaram a primeira proposta do Relator, Bernardo Cabral, formulada em conversas com o Centrão e integrantes do Grupo dos 32. O ovo de Colombo do entendimento alcançado depois foi, nas palavras do Senador Fogça, a retirada da expressão "o uso da propriedade" na parte que se refere à sua função social. O texto limitou-se a considerar que "a propriedade atenderá à sua função social".

No entendimento dos líderes do Centrão, o uso da propriedade — e

não o ente físico propriedade — está vinculado ao seu dever social. A Liderança do PMDB abriu mão da expressão "bem-estar" social, mas — na avaliação de Fogça — conseguiu impor um termo bem mais abrangente: "função social".

— Todos os atos inerentes ao direito de propriedade, como usufruir, vender e possuir, ficaram incluídos na função social — explicou ele.

Foram atendidas duas reivindicações do Centrão: a indenização em dinheiro (ressalvados os casos previstos na Constituição) e a definição precisa do direito de propriedade: "É garantido o direito de propriedade".

O Líder do PFL, José Lourenço (BA), foi consultado e prontificou-se a trabalhar pela proposta. Mais tarde, ele representou o Centrão no encaminhamento da votação da proposta.

# Centrão define sua estratégia para reconquistar a maioria

BRASÍLIA — O Centrão vai passar por uma reformulação para recuperar a condição de maioria na Constituinte, comprometida pelo rompimento do acordo sobre direito de propriedade, na terça-feira, e pelas defecções sofridas com a rearticulação do Centro Democrático e a formação de um núcleo independente pela bancada evangélica. Segundo o Deputado Luís Eduardo (PFL-BA), ficou evidente a necessidade de "passar o Centrão a limpo".

— O Centrão precisa fazer gol. Temos bons jogadores, uma meio de área que está muito bem, mas o gol não sai — disse.

Segundo líderes do grupo que se reuniram para uma reavaliação na noite de terça-feira e na manhã de ontem, o episódio que culminou com o rompimento do acordo na questão

da propriedade decorreu de uma crise interna que há muito vinha exigindo análise mais profunda. Nas reuniões, fez-se o diagnóstico dos problemas e traçaram-se algumas linhas de ação, em caráter de emergência, levando-se em conta a possível redução da força política do grupo.

Uma primeira análise mostrou aos líderes que, a partir de agora, será necessário buscar um maior entrosamento entre o Centrão e os demais grupos da Constituinte que defendem posições compatíveis. Para o Deputado Afif Domingos (PL-SP), o Centrão tem condições de se articular em torno de 240 votos. E terá que buscar o restante através de acordos. Como os demais grupos estão na mesma situação, a busca do entendimento se transformou na única for-

ma de garantir as votações.

Segundo os líderes, uma série de fatores levou à derrota do grupo na terça-feira: as declarações do Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), na semana passada, defendendo a prática do fisiologismo, repercutiu muito mal e contribuiu para que vários Constituintes se afastassem do grupo; as pressões externas sobre a Constituinte refletiram na hegemonia do grupo; e ainda a pouca legitimidade dos negociadores, que não consultaram as bases.

Nas reuniões não faltaram críticas aos integrantes do Centrão que se ausentaram das votações, principalmente na questão da propriedade. Foram citados o Senador Roberto Campos (PDS-MT) e o Deputado Carlos Alberto Franco (PMDB-SE), am-

bos importantes para a votação da matéria, além dos Deputados Felipe Cheidde (PMDB-SP) e Mário Bouchardet (PMDB-MG), que assinaram as propostas do grupo e só compareceram ao plenário uma vez.

Entre as providências a adotar, está a escolha de novos negociadores e dos encarregados de encaminhar, da tribuna, as propostas do grupo. Até agora, o principal deles era o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que ontem já foi substituído por outros parlamentares. Uma nova equipe ficará encarregada de entrar em contato com Constituintes que não se declararam do Centrão, mas que têm votado, freqüentemente, com o grupo. Finalmente, um terceiro núcleo tentará convencer os demais grupos a votarem com o Centrão em matérias menos polêmicas.